

**Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade do Estado do Mato Grosso
Cáceres - Mato Grosso - Brasil**

Revista da Faculdade de Educação - Vol. 42, (Jan/Dez) de 2026
ISSN: 2178-7476



RECORTANDO A LEI DE CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: CIEP COMO ATIVIDADE EXTENSIONAL NA PEDAGOGIA E DEMAIS LICENCIATURAS

CUTTING THE EXTENSION CURRICULARIZATION LAW IN HIGHER EDUCATION: CIEP AS AN EXTENSIONAL ACTIVITY IN PEDAGOGY AND OTHER DEGREE COURSES

ANÁLISIS DE LA LEGISLACIÓN SOBRE LA INTEGRACIÓN DE ACTIVIDADES DE EXTENSIÓN EM LOS PLANES DE ESTUDIO DE EDUCACIÓN SUPERIOR: EL CIEP COMO ACTIVIDAD DE EXTENSIÓN EM PEDAGOGÍA Y OTROS PROGRAMAS DE FORMACIÓN DOCENTE

Marcos A. M. Chagas

Doutor em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação (ProPED) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Campus Maracanã (RJ), Brasil

Docente da Secretaria Estadual de Ciência,

Tecnologia e Inovação na Fundação de Apoio à Escola Técnica do Rio de Janeiro (SECTI/FAETEC)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7451-0527>

Email: marcos.chagas@yahoo.com.br

RESUMO:

O artigo visa, recortadamente, refletir sobre a Resolução nº 7 de 18/12/2018 da Meta 12.7 da Lei 13.005/2014 definida entre Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação e Câmara de Educação Superior. O Artigo 4º estabelece as “Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira”; alinhado ao PNE (2014-2024) instituiu atividades curriculares mínimas de 10% da carga horária na graduação e demais licenciaturas, propondo ações interdisciplinares e dialógicas. No texto, intentamos demonstrar como as pesquisas podem contribuir para a construção de eixos temáticos vinculados a aspectos educacionais, sociais e culturais, nascendo das atividades de Extensão. Envolvido com a pesquisa de educação popular em tempo qualitativamente ampliado, desde a graduação até o doutorado em educação, apresentamos, como proposta extensional, em interação com o Artigo da Lei, os Centros Integrados de Educação Pública criados por Darcy Ribeiro. Estes Centros, em sua originalidade, estão repletos de camadas a serem escavadas. Oferecendo farto manancial de dados aos docentes e discentes que se interessem pela Extensão curricular a partir de seu modo de existência, instigados pela escola de tempo integral.

Palavras-chave: Curricularização da Extensão. Pesquisas e sombras fabricadas. Darcy Ribeiro. CIEP/CIEPS RJ. Neoliberalismo na Educação. Educação em escola de tempo integral.

ABSTRACT:

This article aims to reflect specifically on Resolution No. 7 of December 18, 2018—addressing Target 12.7 of Law 13.005/2014—as defined by the Ministry of Education, the National Council of Education, and the Higher Education Chamber. Article 4 establishes the “Guidelines for Extension in Brazilian Higher Education”; aligned with the National Education Plan (PNE 2014–2024), it instituted a requirement that extension activities comprise at least 10% of the total course hours in undergraduate and teacher-training programs, proposing interdisciplinary and dialogic actions. The text seeks to demonstrate how research can contribute to the construction of thematic axes linked to educational, social, and cultural aspects arising from extension activities. Drawing on research into popular education conducted over an extended timeframe—spanning from undergraduate studies to a doctorate in education—we present the Integrated Public Education Centers (CIEPs) created by Darcy Ribeiro as a proposal for extension activities that align with the aforementioned law. These centers, in their originality, are rich in layers waiting to be uncovered, offering a wealth of data to faculty and students interested in curricular extension through the lens of the full-time school model.

Keywords: Curricularization of Extension. Research and fabricated shadows. Darcy Ribeiro. CIEP/CIEPs RJ. Neoliberalism in Education. Full-time school education.

RESUMEN:

Este artículo tiene como objetivo reflexionar específicamente sobre la Resolución n.º 7 del 18 de diciembre de 2018 —que aborda la Meta 12.7 de la Ley 13.005/2014—, tal como fue definida por el Ministerio de Educación, el Consejo Nacional de Educación y la Cámara de Educación Superior. El artículo 4 establece las «Directrices para la Extensión en la Educación Superior Brasileña»; en consonancia con el Plan Nacional de Educación (PNE 2014-2024), se instituyó el requisito de que las actividades de extensión representen al menos el 10 % de la carga horaria total de los programas de grado y de formación docente, proponiendo acciones interdisciplinarias y dialógicas. El texto busca demostrar cómo la investigación puede contribuir a la construcción de ejes temáticos vinculados a aspectos educativos, sociales y culturales derivados de las actividades de extensión. A partir de investigaciones sobre educación popular realizadas durante un largo periodo —que abarca desde los estudios de grado hasta el doctorado en educación—, presentamos los Centros Integrados de Educación Pública (CIEP) creados por Darcy Ribeiro como una propuesta de actividades de extensión alineada con la ley mencionada. Estos centros, por su originalidad, poseen múltiples capas pendientes de ser descubiertas, ofreciendo una gran riqueza de datos a docentes y estudiantes interesados en la curricularización de la extensión bajo la perspectiva del modelo de escuela de tiempo completo.

Palabras clave: Curricularización de la extensión. Investigación y sombras fabricadas. Darcy Ribeiro. CIEP/CIEPs RJ. Neoliberalismo en la educación. Educación de tiempo completo.

1 INTRODUÇÃO

[...] a instrução deve ser pública, pois ela diz respeito ao exercício da soberania, sendo, assim, uma questão de liberdade pública e não de liberdade privada. Sem ela o novo soberano, o povo, não pode exercer a cidadania (SAVIANI, 2019, n.p.).

A Resolução nº 7 de 18/12/2018 da Meta 12.7 da Lei 13.005/2014 definida entre Ministério da Educação (MEC), Conselho Nacional de Educação (CNE) e Câmara de Educação Superior, ao estabelecer as “Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira”, em seu Artigo 4º, consonante com o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), instituiu atividades curriculares mínimas de 10% da carga horária nos cursos de graduação, propondo ações interdisciplinares e dialógicas (BRASIL, 2018).

Assim, entendemos que possa ser desenvolvido, no currículo de Pedagogia e demais licenciaturas, tronco temático enfeixando aspectos educacionais, sociais e culturais com oferta semestral no intuito de ir ambientando, permanentemente, o alunado nas práticas de pesquisa a

partir da curricularização da Extensão.

A cátedra de Pedagogia, por exemplo, regularmente tende a se dar em quatro anos distribuídos em oito semestres. Cadeira organizada, segundo Nota de Resolução do CNE, em 3.200 horas (BRASIL, 2019). Se considerarmos a carga mínima de 10% do total de horas curriculares para a Extensão¹, são 320 horas destinadas à disciplina em toda a Pedagogia, com reflexos nas demais licenciaturas. O que em oito períodos, prevendo a jornada mínima de Extensão, seriam 40 horas de atividades por semestre. Fato que justifica, conforme nosso entendimento, a distribuição curricular da Extensão em todos os períodos da graduação. Tarefa nada fácil para enquadramento, na ampla diversidade de disciplinas contidas nos cursos pedagógicos de nível superior.

A curricularização da Extensão universitária, na graduação, deve enfeixar o ensino e a pesquisa, como escopo de todas as universidades públicas. Discussões sobre a curricularização da Extensão podem ser constatados na UNICAMP (MATEUS, 2022), na UFPE (2021), na UFRJ (2019)², entre outras. A atividade extensional como proposta curricular, de modo geral, tem por finalidade atender o mínimo de 10% do total das horas nos currículos sem alterar a carga horária prevista em cada curso superior, garantindo a articulação ensino, pesquisa e extensão³.

O importante na questão da Curricularização da Extensão é criar com alunos e alunas, a partir do ingresso acadêmico, o hábito da pesquisa, lhes amadurecendo a consciência científica no trajeto universitário até o fim da formação. Pensamos que a regularidade da Extensão possibilitará a cada semestre que todos, todas, todes, melhorem suas experiências praxiológicas para além do ponto de partida.

É comum para alunos e alunas universitários o discurso docente sobre a complementaridade entre teoria e prática. Fica claro, em um mundo cada vez mais imediatista, que a fundamentação teórica faz parte da academia e a prática vivenciada por cada sujeito dependerá, consequentemente, de construções mediadas no tempo, com a bagagem de vida construída – permanentemente – em suas relações sociais.

Serão as intermediações circulares e universais, conjugando teoria/prática, prática/teoria, que farão surgir o profissional de ensino ou o docente-educador consciente de seu coletivo, de sua razão de vida, de sua liberdade transformadora⁴. Complementaridade que, academicamente, pode ser experienciada, inicialmente, na Extensão, com posteriores estágios e residências na área. Mas – sobretudo – entendendo que sua práxis reside no acúmulo empírico do trajeto humano. Em essência, como afirma Marx (1845) na oitava tese sobre Feuerbach, não existe uma antinomia entre teoria e

1 Publicado no Diário Oficial da União (Brasília, 15 de abril de 2020, Seção 1, p. 46-49).

2 As siglas, respectivamente, correspondem às seguintes instituições: Universidade Estadual de Campinas; Universidade Federal de Pernambuco; Universidade Federal do Rio de Janeiro.

3 O ensino funciona como processo de aprendizagem do indivíduo; a pesquisa deve proporcionar a investigação e a sistematização do conhecimento mediado pelas experiências do sujeito e o que este elabora como hipótese a partir dos dados científicos escavados; a extensão tende a possibilitar a construção crítica entre o conhecimento teórico e a materialidade das relações sociais de uma coletividade. Essa tríade deve ser o objetivo multidisciplinar, permanente, das instituições escolares e acadêmicas junto ao público que se dispõe a atender.

4 Ensinar para a transformação social, como registra Marx (1845), na terceira tese sobre Feuerbach, exige que o educador também se eduque. Sobretudo, educar-se revolucionariamente, compreendendo as contradições históricas estabelecidas pela sociedade capitalista.

prática. Assim, também, pensava Aristóteles ao mencionar que: “[...] a sabedoria deve ser a razão intuitiva combinada com o conhecimento científico.” (1991, p.120).

Será o trajeto de trabalho de anos a fio que frequentemente trará aprendizagens renovadas. Impossível, ainda, depois de toda vivência laboral, que possamos estar definitivamente formados. O professor será, permanentemente, um ser inacabado. Portanto, não esperemos personagens “prontos ou prontas”, depois da conclusão de curso. Os desafios da docência e demais atividades educacionais estarão apenas raiando, constantemente reiventando-se.

Nota-se que é na materialidade histórica, como práxis humana, que se forma o conhecimento em arejamento com as ideias. Estas voltam à prática transformando a ação cotidiana dos indivíduos a cada instante. A academia, como espaço de conhecimento científico, não deve se constituir separadamente dessa aventura humana.

A organização curricular da Extensão, pensada rigorosamente a cada período do alunado, misturando-se com a vida, pode dar sentido ao seu desenvolvimento. As pesquisas baseadas nestes fatores, abrem horizontes de escolhas entre seleções e sombras no tatear da pesquisa. Muitas vezes não escapamos às “sombras fabricadas”, sobretudo pressionados pelas relações capitalistas que historicamente têm aumentado o drama humano.

Seleções de temas de pesquisa são movimentos afetados por escolhas aparentemente naturais, espontâneas. Fato que no caso da graduação se faz por desejo ou simpatia nalgum momento, despertado a partir do contato em sala de aula – com textos, trocas argumentativas, debates, atividades em grupo etc. – promovido pelos professores junto à turma. Em um primeiro momento, ainda, carecendo de aprofundamento, pois se tratam de ações iniciáticas perfeitamente compreensíveis.

Quase sempre, tateando, o aluno se interessa por esse ou aquele assunto. Outros, ziguezagando, caminham entre dúvidas e incertezas, preocupados com a apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), pois este garantirá o “passaporte” para o término da graduação, embora não os definindo como catedráticos. Já que a construção do conhecimento se dá interminavelmente.

Entre estes vieses, observamos que a Extensão curricular, bem planejada e bem orientada, pode ser o caminho para reduzir inseguranças surgidas na fase inicial de graduandos e graduandas. Ao iniciar a atividade extensional cria-se possibilidades, a partir desse primeiro contato, que possam servir de anteparo para o aprofundamento das pesquisas. Auxiliando, por exemplo, na busca temática do TCC – como atividade destinada à conclusão do curso acadêmico. É na graduação, em conjunto com as disciplinas de aula, enriquecida pelas atividades de Extensão que poder-se-á chegar das seleções até o refinamento do objeto de pesquisa.

Imbuídos da importância da educação popular⁵, em tempo didático-científico-cultural de

⁵ Embora o termo “educação popular” demande alguma polissemia, aqui o entendemos na perspectiva de Freire (2019b) e Gadotti (2012) como espaço de educação crítica. Educação envolvida com as classes trabalhadoras e os filhos e filhas oriundos destes proletários e proletárias que, frequentemente em contato com a classe média baixa, chegam à escola pública “cimentados”, como menciona Gadotti (2012), “por uma causa comum”.

modo qualitativamente integral⁶, apresentamos ao longo do texto – como parâmetro de análise – a experiência dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPS/CIEPS-RJ), criados por Darcy Ribeiro e conduzidos em nossas pesquisas como elaboração resultante do ensino, pesquisa e extensão, vivenciados na trajetória do autor deste trabalho. Ideia nascida desde a graduação em Pedagogia e perseguida até o doutorado⁷.

Em função desta caminhada pesquisatória apresentamos, como proposta extensional, os Centros Integrados de Educação Pública criados por Darcy Ribeiro. Estes Centros, em sua originalidade, repletos de camadas a serem escavadas, oferecem farto manancial de dados aos docentes e discentes interessados pela Extensão curricular, a partir do modo de existência dessas escolas, visando discutir o eixo temático de educação em tempo integral⁸.

Proposta que poderá se dar como *pesquisa-ação* a partir dos estudos de Darcy Ribeiro (1984, 1986, 1995, 2018). Destacando a interação social no campo, proporcionando análise das questões vivenciadas no chão de escolas que se identifiquem como de ensino integral nas localidades escolhidas para observação.

Entendemos que na fase graduanda os professores tendem a ser mais compreensíveis nas orientações temáticas, como é de se esperar. Momento, igualmente propício, para que as “sombras fabricadas”, em meio a fatores diversos ocorram, sobretudo em uma sociedade açodada pelo economicismo liberal e as ideologias do mundo da necessidade que nos alcançam, muitas vezes artificializando convicções. A “humildade epistemológica”, assim nos indica Freire (2019a), trabalhada entre docentes e discentes, pode funcionar como um bom sinal.

Talvez, mais do que possamos imaginar, as “sombras” se evidenciem em oposição às “claras” seleções que pensamos ter domínio. Temerosamente, nos momentos agudos de tensões políticas de Estado, – como atualmente demonstram Castilho e Lemos (2021); Araújo e Carvalho (2021); Almeida (2019) – é que as “sombras fabricadas” tendem a se evidenciar de modo sutil.

2 SOMBRAS FABRICADAS EM DUGGAN – CATEGORIA HISTORICIZADA

[...] os distintos registros do fenômeno educacional são dissolvidos na narrativa de tom totalizante adotado pelo autor, ainda que o próprio caráter de História Global praticado por Duggan, mereça ser objeto de interrogação, dadas as seleções operadas, as visibilidades e sombras fabricadas (GONDRA; SILVA, 2011, p. 715, grifos nossos).

O liberal norte-americano Stephen Pierce Hayden Duggan (1870-1950), professor do College de New York, ao vivenciar as transformações políticas euro-estadunidenses, entre os séculos XIX e XX,

6 Para atender a demanda populacional vinda do campo para a cidade, no início do século XX, surgiu a escola pública de massas – aumentando quantitativamente o número de alunos à medida que decaía em qualidade. As contradições irradiadas no decorrer do século pelo sistema capitalista passaram a exigir uma rede escolar de educação integral em tempo qualitativamente integral. É nesse espectro de busca, ao longo do tempo, que surgirá o CIEP, trazido pelas experiências educacionais de Darcy Ribeiro em suas andanças pelo mundo (COELHO; HORA, 2009).

7 Ver Tese em <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/10328> e/ou pesquisa reproduzida por Chagas (2015).

8 A principal motivação de incluir a proposta do CIEP como atividade extensional na formação pedagógica está em pensarmos, segundo (BOMENY, 2001 apud MOREIRA; JUNIOR; SOARES, 2019, p. 5-6) num projeto educacional de “[...] dimensão civilizatória, guardadas as diferenças de contexto entre uma modernidade europeia e brasileira, pois a intenção de Darcy Ribeiro era transformar os CIEPs num espaço educativo que pudesse civilizar e emancipar as camadas populares da sociedade”.

acreditou que a estatolatria se tornaria detentora da vontade geral, proporcionando equanimemente liberdade e prosperidade. Com o intuito de cotejá-lo, a partir dos desvãos das “sombras fabricadas”, propomos uma reflexão sobre o livro de sua autoria: *A student's textbook in the History of Education (Um manual do estudante de História da Educação)*. Material, publicado em 1916, até o momento não traduzido para o português. “A produção deste livro decorre de sua experiência docente, iniciada em cursos secundários” (GONDRA; SILY, 2012, p.1). Mais especificamente, no trabalho em tela, nos dedicamos ao capítulo XVI⁹.

Duggan (1916), entre muitas observações a respeito da Inglaterra, – promotora da Revolução Industrial – afirmaria que após o século XVIII, a nação britânica frearia suas transformações. Criticando o lento processo de separação da Igreja e do Estado, interpretou as mudanças econômicas como estritamente favoráveis às relações educacionais da ocasião. Quanto mais velozes fossem as intervenções políticas em prol do liberalismo, mais a sociedade despertaria para um tempo próspero.

O capítulo XVI – *Socializing Education Thru Philanthropy And Thru State Control (Socializando a educação através da filantropia e do controle estatal)* – especificamente investigado para este trabalho, a partir do estudo do texto disponível à época do doutoramento – aborda o impacto produtivo na educação alemã, destacando a multiplicidade de cursos profissionalizantes que, no julgamento de Duggan, tornariam a Alemanha um Estado plenamente qualificado e desenvolvido, como de fato ocorreria. Decerto, que a influência do modelo industrial inglês – inicialmente – estaria presente nestas observações.

Stephen Duggan (1916), entenderia que algumas leis na Inglaterra se não fossem travadas por disputas políticas entre setores econômicos, trariam rápido avanço ao país. Entendemos que os fatos envolvem elementos contraditórios não explorados pelo autor estadunidense como, por exemplo, a atividade laboral de crianças na produção industrial. Engels (2008), analisando documentos de 1857, já citava lei aprovada no Parlamento inglês para a instrução elementar “como condição compulsória do emprego “produtivo” de menores de 14 anos em todas as indústrias sujeitas às leis fabris” (MARX & ENGELS, 2006, p.69). Desde cedo os burgueses criaram obstáculos à educação dos trabalhadores e de seus filhos.

Duggan (1916), vê positivamente as relações econômicas e políticas na Itália, Alemanha, França e Estados Unidos. Deixando claro sua compreensão liberal de Estado e sociedade.

A partir da construção de Duggan importa estar atento aos sombreamentos que esboroam as pesquisas, procurando com rigor o núcleo da totalidade como nos alerta Kosik (2007). Mesmo em busca do desvelamento de cada causa pesquisada, novas sombras surgirão. As investigações científicas jamais se encerram em si mesmas.

O prisma histórico de cada momento sem dúvida se alterará no tempo vindouro, oxigenando o outrora experienciado. Aqui talvez esteja o movimento dialógico do pesquisador ao se perguntar,

9 O livro de Duggan (1916), ao longo de 394 páginas, possui cinco partes, organizadas da seguinte forma: I – Educação nos tempos antigos; II – Educação na Idade Média; III – O período de transição; IV – Tempos Modernos e V – Sistemas Nacionais de Educação. Cada uma dessas partes contém diversos capítulos. O capítulo XVI, tratado aqui, está descrito na parte IV: Modern times (Tempos modernos).

fui até onde meu folego permitiu? Somente sua consciência, a partir da materialidade histórica compreendida, lhe responderá. E tal consciência não deverá possibilitar ilusões diante da singularidade de cada pesquisa. Pois, de alguma forma teima existir, como motor interno, o sombreamento inalcançado do momento – não aquele forjado por descuido ou intencionalidade – em favor do inacabamento que envolve o ato pesquisatório – permanentemente aberto a novas imersões.

Duggan, fascinado pelo liberalismo econômico, não se permitiu capturar os conflitos e contradições sociais que já se avizinhavam. Ao elevar em grau de importância a Modernidade esmaecendo etapas históricas passadas proporcionaria, em nossa análise, uma sutil fabricação de sombras. Ou seja, um esgarçamento entre o essencial e o fenomênico.

3 ESCOLA DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL: CIEPS COMO TEMA DE PESQUISA NA GÊNESE DA ATIVIDADE DE EXTENSÃO

Os riscos da comercialização estendem-se [...] aos cânones da pesquisa científica, na medida em que as oportunidades de ganhos financeiros na esfera privada podem afastar os pesquisadores da exploração de problemas intelectualmente relevantes, mas sem apelo de mercado (SODRÉ, 2012, n.p.).

Quando propomos os CIEPS como objeto extensional¹⁰, buscamos, rigorosamente, estimular o intelecto a “compreender e expor mais facilmente os fatos, não apenas na atividade científica, mas na própria vida cotidiana” (BARROS, 2008, p. 307). Tal experiência, cruza linhas com a educação popular. Fios condutores que aqui intentamos unir recortadamente ao campo educação, sociedade e cultura, restritos à materialidade dos Centros educacionais elaborados por Darcy Ribeiro, no Rio de Janeiro, entre os anos 1980/1990¹¹. Essas escolas representam um fazer histórico. Este *fazer*, nas falas de Moreira e Soares (2019), preserva “[...] aspectos do passado que, a partir dos diferentes olhares, constituem outras linhas interpretativas, formando assim a experiência histórica num mosaico” (p. 51).

Mesmo na atualidade, quando municípios apresentam projetos de implantação da escola de tempo integral, surgem profundas limitações na prática destas escolas (COELHO; HORA, 2009), pois a qualidade da oferta didático-científico-cultural fica a desejar. Dentre elas, a mais preocupante é a ampliação do horário sem o equivalente didático pedagógico do tempo escolar. Muitas vezes o “tempo integral” é enxertado de programas complementares de escolhas duvidosas. “O que vem sendo chamado de educação integral é um grande conjunto de atividades de diferentes naturezas, às quais se junta o reforço escolar” (CAVALIERE, 2014, p. 1213).

Os CIEPS em nossa proposta de pesquisa para a disciplina de Extensão, envolve uma série

10 Devido a ampla discussão no Brasil sobre as Escolas de Tempo Integral, muitas vezes feita superficialmente, entendemos que a melhor referência material para embalar o debate sejam os CIEPs criados no Rio de Janeiro pelo governador Brizola no primeiro mandato em 1983/1987 e depois no segundo período entre 1991/1994.

11 Como exemplo dos programas materialmente oferecidos pelos CIEPS, e sua importância para a pesquisa, o ensino e a extensão, consultar Ribeiro (1986). Muitos desses projetos foram interrompidos pelo governador Moreira Franco em 1987, sucessor de Leonel Brizola na governança fluminense. Mesmo Brizola voltando em 1991, o projeto se apresentaria comprometido. Ainda assim, em 2015, pude participar de eventos no CIEP 175 (escola José Lins do Rego) – São João de Meriti RJ – e constatar que muito do que Darcy Ribeiro pensou em educação integral estava presente, tais como projetos diversos de ciência, de arte e de cultura. Conduzidos organizadamente pelos alunos, alunas e direção da instituição. Por meus contatos, na atualidade, percebo que o comprometimento com a formação diferenciada continua tal e qual. O que de fato representa resistência e comprometimento do público local com a educação de qualidade.

de projetos internos no âmbito da educação popular integral, registrados no livro-piloto de Darcy Ribeiro (1986). A partir de então, há uma variedade de materiais, tornando possível problematizações para serem abordadas por pesquisadores, que queiram se debruçar sobre o assunto na atualidade. Entre muitos autores e autoras, encontramos: Sant'anna (2010); Ribetto e Maurício (2009); Portilho (2006); Palmeira (2016); Moreira e Soares (2019); Moreira (2020); Mignot, (2001); Maurício (2009, 2006); Genuncio (2018); Faria (2017, 2011); Coelho (2009); Coelho e Cavaliere (2009, 2003); Cavaliere (2009, 2014); Carlini (2012), entre outros e outras.

4 CIEPS; CONFLITOS E CONTRADIÇÕES NA UTOPIA DARCINIANA

A proposta arquitetônica de uma escola aberta, democrática, concebida por Oscar Niemeyer, esbarrou na realidade de miséria e abandono das localidades em que... [os CIEPS foram construídos], na falta de manutenção e na carência de profissionais para ocupar e gerir um espaço com inúmeras possibilidades (COELHO; CAVALIERE, 2003, grifos nossos).

A questão da educação popular de apelo integral não desobriga os governos de tratarem da infraestrutura das cidades e das necessidades sociais de sua população, também combatendo a pobreza e promovendo ações concretas de vida digna às pessoas. Muitas das vezes esses descuidos acarretam tensões em função de atitudes governamentais pouco eficientes e fracionadas. Todavia, como reconhece Neves (2007), a omissão dos problemas sociais fundamentais tem sido constante no Brasil.

Inegável compreender nos CIEPS iniciativas diferenciadas em qualidade de ensino que, sem atingir a totalidade de seus objetivos, deveriam ter avançado para além das incompletudes do projeto – envolvendo decisões governamentais mais abrangentes. Propostas socioeconômicas de Estado, diferentemente de governos transitórios¹², que precisam de tempo e comprometimento para, gradativamente, irem corrigindo falhas. Nosso sistema, de modo geral, tem se pautado por interesses políticos momentâneos ou grupelhos interessados em vantagens econômicas.

Após o fim do segundo governo Brizola no Rio de Janeiro, em 1994, os Centros Integrados de Educação Pública seriam afetados na originalidade, apenas restando os esforços de direções escolares, na persecução da proposta, e as linhas arquitetônicas de Oscar Niemeyer. Ações educacionais nacionalmente similares tentariam reavivar o ideal de Darcy Ribeiro, como o *Programa Mais Educação*¹³, sem a mesma perspectiva que orientou os CIEPS-RJ.

Para a desmobilização dos Centros Integrados de Educação Pública – RJ, várias questões solaparam a matriz inicial: corte financeiro de governos opositores sucedâneos ao Partido Democrático

12 Sobre a questão, consultar Manoel Ilson Cordeiro Rocha, Revista Uniara, n.21/22, 2008/2009, sob o título: “Estado e governo: diferença conceitual e implicações práticas na pós-modernidade”. Disponível em: https://revistarebram.com/index.php/revistauniara/pt_BR/article/view/183/151. Acesso em: 08/10/2026.

13 O programa “Mais Educação” se constituiu pelo Decreto nº 7.083/2010 do governo federal, dando origem, no Rio de Janeiro, à Lei Municipal do Turno Único – nº 5.225, de 5 de novembro de 2010 (RIO DE JANEIRO, 2010; PALMEIRA, 2016); em meio a interesses políticos diversos, funcionou até 2016, dando origem ao “Novo Mais Educação”. Este programa substituto do anterior será criticado por buscar, simplesmente, estender a jornada escolar sem proporcionar melhoria qualitativa dos conteúdos (MOLL, 2017).

Trabalhista (PDT); erro de comunicação pública¹⁴; enraizamento do turno único; desinteresse político pela educação de tempo integral de qualidade; cisão administrativa entre estado e municípios; casuísmo político produzindo clientelismos¹⁵ etc. O esgarçamento dos recursos públicos se tornou tão presente na educação que os atuais CIEPS se dividem entre tarefas de ensino e assistencialismo¹⁶, assim também ocorrendo em quase toda a rede regular fluminense, seja municipal ou estadual (COELHO; CAVALIERE, 2003).

No Brasil, grupos neoliberais, desde os anos 1990, têm se utilizado do Estado para seus próprios benefícios (LAVAL, 2019a; 2019b), com enorme reverberação no século atual. Tanto assim, que entre 2018 e 2022 os esforços e recursos federais na Educação Básica se dirigiram prioritariamente ao desenvolvimento das escolas militarizadas¹⁷ e a educação domiciliar (*homeschooling*). Ambos os modelos foram registrados em documentos oficiais do Estado federativo brasileiro (BRASIL, 2021; 2022).

Na revisão dos documentos citados acima percebemos que, a cada mudança de governo, decisões vinculadas à educação brasileira sofrem profundas alterações. Exibindo maiores reflexos sobre a escola pública já afetada na qualidade de atendimento. Ainda mais precarizadas a partir de 2018, as políticas públicas de curto prazo se mostraram distantes das reais necessidades das camadas populares – os interesses se voltaram para pautas privatistas, embasadas no poder da classe dominante alinhadas com o mercado (MACEDO; DEITOS, 2022).

Haja vista, que qualquer dotação orçamentária para a escola pública visando melhorias depende da disponibilidade financeira, sob a lógica capitalista do “custo-benefício”. Em muitos casos, enfrentando profundos cortes orçamentários¹⁸. Fato que provoca o deslocamento de rubricas conforme o interesse político de ocasião.

14 Esse item deve ser destacado porque a estratégia de divulgação na mídia induzia a população ao entendimento de que os CIEPS funcionariam como reformatório de menores infratores (COELHO; CAVALIERE, 2003). O que, pela relevância da situação, em sociedade desigual como a nossa, cria enormes efeitos de rejeição. Crianças e jovens quando identificados como infratores não precisam de “Reformatórios”, mas de políticas que estimulem redes de proteção diferenciadas às humanidades negadas sobre cada grupo (SARAIVA, 2014).

15 Como destaca Sant’anna (2010), os CIEPS cumpriram importante função social no atendimento à demanda por escola pública em áreas socioeconomicamente carentes, contudo a escolha de locais de construção visando propaganda eleitoral, contratação de pessoal sem concurso e questões políticas trouxeram críticas ao projeto.

16 O termo mostra a escola responsável por tarefas sociais e familiares, independentemente de orientação pedagógica especializada, muitas vezes relegando o ensino a segundo plano, “vício” do poder público que ajuda a mascarar questões conjunturais não atacadas na origem. O “assistencialismo” induz ao “populismo” político. Com orientação pedagógica especializada – estrutura de quadros profissionais adequados e atividades integrais de ensino-aprendizagem, dotada de orçamento justo, se torna perfeitamente possível que a rede escolar reserve espaço às questões de fundo sociofamiliar – desde que a condição primeira de cada escola seja educar para que alunos e alunas desenvolvam pensamento crítico, compreendendo as injustas condições históricas impostas pelas relações burguesas, sabendo ocupar ao longo da formação uma objetiva posição de classe no campo de batalha das ideias. Para melhor reflexão sobre o campo das ideias na sociedade de classes ver Frigotto (2009), Konder (2009), entre outros.

17 Analisando o “projeto-piloto” da ocasião, verificou-se que em 2022, o MEC destinou R\$ 54 milhões para levar a gestão cívico-militar para 54 escolas, ao mesmo tempo teria de repassar R\$ 28 milhões para o Ministério da Defesa arcar com os pagamentos dos militares da reserva das Forças Armadas (BRASIL, 2020). Segundo Saldanha e Feitoza (2023), o governo Lula reviu a questão das escolas cívico-militares, destituindo o MEC de tal obrigação em nível federal. A educação militarizada ficará a cargo de estados e municípios. Entendemos, ainda, ser problema grave, pois as funções militares – em sociedade que se pretenda democrática – devem ficar restritas aos quartéis.

18 No informativo da ANDES (25/01/2022), sob o título: Ministério da Educação teve o segundo maior corte no Orçamento 2022, verificamos que: “O Ministério da Educação (MEC) sofreu um corte de R\$ 736,3 milhões em 2022. Com isso, o orçamento ficou em R\$ 137,9 bilhões para [2023]. Tratou-se da segunda pasta mais afetada, atrás apenas do Ministério do Trabalho e Previdência, com veto de R\$ 1 bilhão” (Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/ministerio-da-educacao-teve-o-segundo-maior-corte-no-orcamento-2022>). Acesso em: 25/05/2022). Ainda na linha contrária, o governo Bolsonaro, em 27 de maio de 2022, como registrou a ANDIFES, impôs corte de 1 bilhão de reais aos já desgastados orçamentos das universidades e institutos federais (Disponível em: <https://www.andifes.org.br/?p=92864>). Acesso em: 01/06/2022). Ainda que governantes progressistas sejam eleitos, como foi o caso de Luiz Inácio Lula da Silva em 30 de outubro de 2022, o emparedamento proporcionado por um Congresso antagônico aos interesses populares – causará profundo impacto social por anos a fio.

Com o fito de refletirmos sobre a memória da educação integral em tempo integral, se torna importante compreender as ações complementares desenvolvidas materialmente entre Anísio Teixeira (Escola Parque-Escola Classe) e Darcy Ribeiro (CIEPS). Pois, em todo mundo, – registraria Darcy Ribeiro (1984) – a participação diária na escola tem em média de cinco a seis horas de atividades. Mesmo na atualidade, constata pesquisa de Parente (2020), vemos jornadas mais elevadas nos principais países europeus.

Para que a educação integral em tempo integral seja elencada em uma disciplina de Extensão, torna-se necessário, trabalhar os seguintes pontos: i) função social da escola; ii) compreensão da importância do planejamento político-pedagógico levando em conta os saberes da cultura local; iii) formação permanentemente ampla, especializada e crítica do coletivo de trabalho escolar etc. Verificamos que o comprometimento orçamentário do Estado em seus diversos níveis de governo é fator primordial para o êxito do projeto de escola didático-científico-cultural de tempo de estudos qualitativamente ampliado. No entanto, consumimos mais dinheiro para remunerar os juros da dívida pública do que necessitamos financeiramente para suprir as necessidades estruturais da escola pública (AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA, 2024).

5 AS ESCOLAS DARCINIANAS ENTRE O TRABALHISMO E O NEOLIBERALISMO

Como antítese histórica ao conceito de neoliberalismo, tornado pungente entre os anos 1970/1980, o “termo Trabalhismo é a denominação dada ao movimento operário para defesa dos seus interesses econômicos e políticos, sem ligação direta com os princípios socialistas vigentes na época da URSS. Originalmente, ele teve início na Inglaterra do século XIX, paralelamente à ideologia socialista com as lutas dos sindicatos por direitos trabalhistas e sociais” (MOREIRA, 2014).

Após a guinada neoliberal – intensificada por Reagan e Thatcher, nos anos 1979/1981 (ANDERSON, 1995) – os CIEPS surgiram no Brasil. Entretanto, conduzidos pelas mãos de políticos identificados com o trabalhismo histórico¹⁹. Permanentemente premido por tensões o projeto CIEP seria acusado de populista e oneroso aos cofres públicos. Contrário, Darcy se pronunciaria à alta burguesia brasileira argumentando que buscou construir uma escola nos mesmos padrões de conforto desta classe (RIBEIRO, 1995).

Importante mencionar: “[...] o Plano Especial de Educação, estruturado por Darcy Ribeiro, tinha recursos de mais de 400 milhões de dólares” (CIEPS COMPLETAM 30 ANOS, 2015). Entendemos que um país intencionalmente deficitário de recursos públicos na educação como o nosso, diante de

19 Embora o trabalhismo tenha ganhado ênfase no período do governo Vargas na década entre 1930-1940, deve ser visto como um “conjunto de meios instrumentais ou aquisitivos, dirigidos e coordenados pelo Estado, e muitas vezes executado pela iniciativa privada, mas sempre tendo em vista o desenvolvimento da economia e o bem-estar coletivo” (MOREIRA, 2014). As ideias de Alberto Pasqualini (1901-1960), formulador do trabalhismo no Brasil, impunham “que a ação governamental deveria ser eminentemente pedagógica. A condução política se faria pelo esclarecimento da sociedade em sua mudança de mentalidade. O sistema educacional era, [para Pasqualini], o caminho mais eficaz para realizar as reformas sociais, políticas e econômicas” (Idem). Esses ideais, convicção entre tantos estadistas nacionais, incluindo Leonel Brizola e Darcy Ribeiro, estiveram permanentemente no horizonte das lutas contra a desigualdade social enraizada no Brasil.

qualquer esforço para redirecioná-lo, tornar-se-á mais dispendioso que o regulamentar²⁰. Darcy, em seu compromisso público, defendia uma correspondência de gastos semelhante ao dos melhores colégios particulares brasileiros. Talvez tenha faltado, na condição de vice-governador, a sensibilidade de destinar recursos de boa monta também à rede regular de ensino, igualmente pública, que seguiu com suas funções educacionais paralelas aos CIEPS, sem grau de investimento elevado.

Todavia, importa destacar, os CIEPS se iniciaram como projeto cercado de expectativas, pensado para alcançar toda rede escolar fluminense. O que não ocorreu, fato que possibilita abrir perspectivas para pesquisas que possam investigar profundamente suas causas.

Se na atualidade vemos discursos políticos, contrários à dotação de recursos de interesse social amplo, via defesa de infundado arcabouço fiscal, como apontavam as controvertidas disputas na câmara legislativa federal, em julho de 2023, e que ainda fazem ecos no Parlamento. *Pari passu*, estima-se que as perdas de receitas do Fundeb sejam imensas, como argumenta Basílio (2023), contaminando e rebaixando atualmente toda qualidade da Educação Básica brasileira.

Assim, os 400 milhões de dólares destinados por Darcy Ribeiro, mencionados anteriormente, para construir quinhentos CIEPS como era a proposta, se justificariam plenamente frente aos desmandos financeiros da atualidade – como é o caso das vexatórias Emendas secretas de parlamentares federais com destinos obscuros. Entretanto, o planejamento deveria ter sido ostensivo às secretarias de educação do estado e dos municípios fluminenses, articulando necessidades prementes da rede escolar regular com o projeto CIEP. Fato que diante de disputas políticas acabou sendo contaminado por interesses diversos.

Darcy em função do vínculo da proposta dos CIEPS juntamente à base política que o apoiava, seria criticado por intelectuais da educação²¹. Como resposta afirmava o seu trajeto independente e a carreira política de Leonel Brizola – prefeito de Porto Alegre, governador do Rio Grande do Sul e empossado pelo voto eleitoral no estado do Rio de Janeiro – ambos comprometidos com a cultura e a educação da classe popular trabalhadora. Contudo, os CIEPS, não suportando as tensões dos anos 1980/1990, entrariam em declínio.

A partir dessa época, os adeptos do neoliberalismo – com forte presença na política brasileira assumiriam as particularidades mercadológicas – em que eficiência e produtividade se incorporariam às políticas educacionais. De onde depreendemos que uma proposta curricular de Extensão, motivada a investigar o tema educação integral, desde que assentada rigorosamente sobre teor crítico, deva visitar os históricos projetos delineados por Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro no Brasil – escovando-os, em termos benjaminianos, a contrapelo. Todavia, mantido o interesse público contra as escaramuças da sanha privatista do mercado.

20 Segundo Rodrigues (2021), no governo Bolsonaro, em 2021, a pasta da educação sofreu um corte de 2,7 bilhões de reais. Provavelmente, parte desse dinheiro tenha sido destinado à organização das escolas militarizadas, entre outras extravagâncias financeiras.

21 Sobre algumas dessas críticas ver Mignot (2001), Coelho e Cavaliere (2003), Cunha (2012), Moreira e Soares (2019).

6 A BUSCA ADIADA DO MODELO DE EDUCAÇÃO POPULAR DE TEMPO E CONTEÚDO DIDÁTICO-CULTURAL AMPLIADOS

O [projeto] CIEP [...] representou uma tentativa de construção de uma política pública mais complexa na educação fluminense. Nesse sentido, a luta pelas escolas públicas de horário integral é muito mais do que uma briga entre partidos ou candidatos; é a utopia possível da qual nós, educadores da rede pública, não devemos abrir mão (FARIA, 2017, p. 99).

Na permanente discussão sobre a educação popular de tempo e conteúdo didático-cultural ampliados, o tema CIEPS, em mais de quatro décadas, parece fazer parte de uma incógnita, às vezes surgindo como referência para imediatamente submergir, desprezado por críticas pouco dialéticas. Questões proponentes à educação integral, a partir das escolas darcinianas, devem conter uma postura ativa que pondere sobre a ideia-força do projeto no intuito de ultrapassar impasses reais (PORTILHO, 2006). Fato a ser observado na composição curricular da Extensão que se dedique ao estudo da questão.

Observa-se que a duração dos CIEPS, no estado do Rio de Janeiro, em sua pedagogia original seria curta e atribulada. Ocorrendo em duas fases do governo Brizola, a primeira de 1983 a 1986 e a segunda entre 1991 e 1994. Programa que seria abruptamente interrompido pela administração pemedebista de Moreira Franco, governador entre 1987-1990.

Situação que, mesmo com o retorno de Brizola em 1991, já não tinha como retomar sua originalidade, devido ao arrefecimento de tudo que houvera sido planejado. Proposta dessa monta depende de anos continuados para render frutos e não foi o que aconteceu, por conta do pensamento retrógrado dos conservadores políticos brasileiros contra os pobres.

Em meio ao debate sobre a reconstrução da relação ensino-aprendizagem, presente na reflexão de educadores e educadoras quando reivindicam condições honestas na educação para o século atual, há que se desviar de ineditismos esvaziados de historicidade. Nesse sentido, provavelmente os Centros Integrados de Educação Pública – no Brasil – indiquem horizontes que possam ser pensados como possibilidades analíticas da Educação Integral Popular de tempo qualitativamente ampliado na perspectiva de uma Extensão voltada à temática – óbvio que entre muitos outros temas de pesquisa à disposição de graduandos e graduandas, esta seria uma linha para se discutir no estrito recorte de Estado, Educação e Sociedade.

Pesquisas após 2008, com o intuito de distinguir o programa CIEPS, sobre o campo da educação popular de tempo integral continuaram em teses, livros e artigos diversos – assinalando a historicidade dos Centros darcinianos em suas múltiplas vertentes – como encontramos nos trabalhos do próprio autor deste texto e nos registros de Moreira (2020), Genuncio (2018), Faria (2017, 2011), Cavaliere (2009), Coelho (2009), Maurício (2009), entre outros.

Como proposta de Extensão envolvendo a escola de tempo integral abordamos os estudos de Ribetto e Maurício (2009), contemplando levantamentos colhidos no banco de dados da CAPES

e demais instituições universitárias: constatando que no Brasil, entre 1988-2008, foram escritas 43 dissertações e 11 teses sobre o tema.

Fato que demonstra o interesse dos pesquisadores e pesquisadoras para entender o predomínio do ensino público disperso em turnos. Contudo, os CIEPS – como o maior projeto dos últimos 40 anos de educação de horário qualitativamente integral, iniciado no Rio de Janeiro – têm muito a contribuir para o campo da educação popular na atualidade. Proposta que se apresenta como busca adiada do modelo de educação popular de tempo e conteúdo didático-cultural ampliados.

7 À GUISA DE CONCLUSÃO

Ressaltar a importância da escola pública, laica, gratuita, de qualidade e em tempo integral para todos, todas, todes, como proposta para a Extensão nos cursos de graduação – a partir da Resolução nº 7 de 18/12/2018 da Meta 12.7 da Lei 13.005/2014 definidas entre Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação e Câmara de Educação Superior – foi o que almejamos pontuar neste trabalho.

Concomitantemente, buscamos contribuir para proporcionar pesquisas que possam pensar escolas que mesclam atividades educacionais didático-científicas intermediadas pela cultura local, na elaboração do projeto político-pedagógico, com a participação coletiva da comunidade; juntamente à justa dotação orçamentária, implementada pelo poder público, descolada dos interesses do mercado e do politicismo doméstico implicado em outras experiências brasileiras, como demonstrado pelos frágeis resultados qualitativos – caso do “Turno Único”, via de regra, vigente entre nós.

Ao fim e ao cabo, nosso artigo intentou, ainda, discutir a escola de caráter didático-científico-cultural em tempo ampliado, buscando considerar processos educacionais em sintonia com as exigências impostas pelo século atual. Linha pesquisatória que pode ser contemplada na Extensão curricular acadêmica, pelas proposituras aqui traçadas.

Como fator motivador da Extensão sinalizamos com a ideia-força dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs/CIEPS-RJ). Complexos escolares, organizados em dois mandatos do governador fluminense Leonel Brizola, entre os anos 1980 e 1990, com a inegável contribuição científica de Darcy Ribeiro, um dos mais destacados intelectuais brasileiros.

Desse modo, visamos contribuir para o debate em favor da educação pública brasileira, a partir de perspectivas criticamente transformadoras como política concreta de Estado, divergindo de proposições momentâneas e fragmentadas ao colocarem o ensino como objeto encapsulado por interesses privatistas e financeirizados do capital.

O projeto dos CIEPS, apoiado nos dados estatísticos quantitativos e qualitativos de Ribetto e Maurício (2009), nos auxilia na questão sobre a importância da educação popular integral de tempo igualmente integral para os dias de hoje, em uma sociedade que se apresente disruptiva, na busca

de ensino público transformador, consonante aos apelos tecnológicos e humanos da classe apartada dos interesses socioeconômicos que regem as relações de poder do presente.

Todo o histórico dos CIEPS no campo da educação popular diante do cenário brasileiro, afetado pela economia neoliberal e disputas políticas subterrâneas, podem servir de referência a uma Extensão curricular que enfrente, de forma dialógica e interdisciplinar, as contradições pedagógicas, conforme previsto na Resolução Federal que ampara a questão (BRASIL, 2018). Não é demais afirmarmos “que o passado por mais contraditório e controverso que seja, está ‘vivo’” (MOREIRA; SOARES, 2019, p. 52).

Contudo, se as universidades seguirem a projeção de 40 horas por semestre, conforme entendimento conduzido por nós, em função das horas mínimas projetadas curricularmente, como determinadas pelo MEC/CNE/Conselho de Ensino Superior (BRASIL, 2018), a reavaliação de disciplinas no curso de pedagogia e demais licenciaturas será realidade. Resta verificar na prática cotidiana, para além de nossas considerações, em que medida tal readequação se refletirá qualitativamente para graduandos e graduandas nos cursos superiores de formação de professores e demais licenciaturas.

8 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ronaldo de. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira (UNICAMP). **Revista Novos Estudos Cebrap**, v.38, n. 01. Universidade Estadual de Campinas. São Paulo: Campinas, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/rTCrZ3gHfM5FjHmzd48MLYN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12/07/2023.

ANDERSON, Perry. **Balanço do neoliberalismo**. In: Emir Sader, Pablo Gentili (orgs.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ARAÚJO, Maria do Socorro Sousa de; CARVAHO, Alba Maria Pinho. Autoritarismo no Brasil do presente: bolsonarismo nos circuitos do ultraliberalismo, militarismo e reacionarismo. **Katálysis**, v. 24, n. 1, jan/abr. 2021. Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina: Florianópolis, 2021.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Seleção de textos de José Américo Motta Pessanha. Coleção: Os pensadores, v. 2, 4. ed. Tradução de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim da versão inglesa de W. D. Ross. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA. Levantamento do IDEB mostra necessidade de investimento na educação. [2024]. 15/08/2024. Disponível em: <https://auditoriacidadada.org.br/conteudo/levantamento-do-ideb-mostra-necessidade-de-investimento-na-educacao/>. Acesso em: 25/04/2025.

BARROS, José D'Assunção. A elaboração textual de hipóteses – uma contribuição ao seu esclarecimento no ensino de metodologia. **Educação em Questão**, v. 33, n. 19, p. 305-328, set./dez. 2008. Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRGN). Rio Grande do Norte: Natal, 2008. Disponível em: <http://www.revistaeduquestao.educ.ufrn.br/pdfs/v33n19.pdf>. Acesso em: 13/07/2023.

BRASIL. Resolução MEC/CNE/CES nº 7. **Portal de Atos Normativos da Educação**. Brasília, 2018. 18/12/2018. Brasília, DF, 2018. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECESN72018.pdf. Acesso em: 28/06/2023.

BRASIL. Congresso Nacional, Câmara dos deputados. **Câmara aprova projeto que permite a educação dos filhos em casa; proposta vai ao Senado**. Fonte: Agência Câmara de Notícias, 19/05/2022. Brasília, DF, 2022. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/877647-camara-aprova-projeto-que-permite-a-educacao-dos-filhos-em-casa-proposta-vai-ao-senado>. Acesso em: 23/05/2022.

BRASIL. Ministério da Educação, Educação Básica. **Escolas cívico-militares: saiba quem são as 54 escolas que receberão o modelo.** Brasília, DF, 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/85831-saiba-quais-sao-as-54-escolas-que-receberao-o-modelo-civico-militar-do-mec>. Acesso em: 27/05/2022.

BRASIL. Ministério da Educação, Gabinete do Ministro. Portaria n. 852, de 28 de outubro de 2021. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2021, 29/10/2021, edição 205. Seção 1. P.56. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-852-de-28-de-outubro-de-2021-355830493>.

BRASIL. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, Conselho Pleno. *Nota de Esclarecimento Sobre a Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019.* [2019]. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2022-pdf/238401-nota-de-esclarecimento-sobre-a-resolucao-cnep-n-2-2019/file>. Acesso em: 04/07/2023.

CARLINI, Herb. A construção dos centros integrados em Americana e Santa Bárbara D'Oeste (SP). Jaqueline Moll (org.). **Caminhos da Educação Integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos.** Porto Alegre, RS, Penso, 2012.

CASTILHO, Daniela Ribeiro; LEMOS, Esther Luíza de Souza. Necropolítica e governo Jair Bolsonaro: repercussões na seguridade social brasileira. **Katálysis**, v. 24, n. 2, maio/ago. 2021. Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina: Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/75361/46569>. Acesso em: 12/07/2023.

CAVALIERE, Ana Maria. Escola pública de tempo integral: filantropia ou política de Estado? **Educ. Soc.**, v.35, nº129. Campinas, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/Qg3Kydrq3nNyMJqYFrpkWcv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27/04/2025.

CAVALIERE, Ana Maria. Escolas de tempo integral: uma ideia forte, uma experiência frágil. In: Lígia M. C. Coelho, Ana Maria Cavaliere (orgs.). **Educação integral em tempo integral: estudos e experiências em processo.** Petrópolis, RJ: DP et Alí, Rio de Janeiro: FAPERJ, 2009.

CHAGAS, Marcos A. M. Animação cultural: a inovação dos Cieps-RJ nos anos 1980. Paraná: Appris, 2015.

CIEPS COMPLETAM 30 ANOS. 2015. **Carta Capital.** Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/criados-por-darcy-ribeiro-cieps-completam-30-anos/>. Acesso em: 10/05/2021.

COELHO, Lígia M. C; CAVALIERE, Ana Maria. (org.). **Educação integral em tempo integral: estudos e experiências em processo.** Petrópolis, RJ: DP et al, Rio de Janeiro: FAPERJ, 2009.

COELHO, Lígia M.C.; CAVALIERE, Ana Maria. Para onde caminham os CIEPS? Uma análise após 15 anos. **Cadernos de Pesquisa**, n. 119, julho de 2003. [2003]. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/gXYjgCRpK5DJxN7FrXVTkYK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11/07/2023.

COELHO, Lígia M. C; HORA, Dayse M. Educação integral, tempo integral e currículo. **Série-Estudos - Periódico do Mestrado em Educação da UCDB** [2009]. Campo Grande-MS, n. 27, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://www.serie-estudos.ucdb.br/serie-estudos/article/view/202/89>. Acesso em: 30/10/2024.

CUNHA, Luiz Antônio. **Educação, Estado e Democracia no Brasil.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

DUGGAN, Stephen P. **A student's textbook in the History of Education.** In chapter XVI, part IV: Modern times. New York: D. Appleton, 1916.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra.** São Paulo: Boitempo, 2008.

FARIA, Lia. A utopia possível: revisitando os CIEPS do Rio de Janeiro. **Interinstitucional Artes de educar.** Rio de Janeiro. v. 3, n. 2. p. 98-112 (jul/out 2017). [2017]. Disponível em: <file:///C:/Users/marco/Downloads/31713-104855-3-PB.pdf>. Acesso em: 12/05/2021.

FARIA, Lia. **Chaguismo e Brizolismo: territorialidades políticas da escola fluminense.** Rio de Janeiro: Quartet, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. ed. 74. São Paulo: Paz e Terra, 2019a.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. ed. 84. São Paulo: Paz e Terra, 2019b.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe. **Revista Brasileira de Educação**. v. 14 n. 40 jan./abr. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/QFXsLx9gvvFvHTcmfNbQKQL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 04/11/2024.

GADOTTI, Moacir. Educação Popular, Educação Social, Educação Comunitária: conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum. **Revista Diálogos: pesquisa em extensão universitária**, v.18, n.1, IV Congresso Internacional de Pedagogia Social: domínio epistemológico. Brasília: dez. 2012. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/rdl/article/view/3909>. Acesso em: 11/11/2024.

GENUNCIO, Jenesys. **Mediações e práticas culturais em uma escola de educação integral: o CIEP Avenida dos Desfiles/Passarela do Samba**. 2018. 127f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Centro de Humanidades, Faculdade de Educação. Rio de Janeiro, 2018.

GONDRA, José G.; SILVA, José C. S. Textbooks in the history of education: notas para pensar as narrativas de Paul Monroe, Stephen Duggan e Afrânio Peixoto. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP)**. Brasília, v. 92, n. 232, p. 702-722, set/dez., 2011. Recurso eletrônico. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/3608/3343>. Acesso em: 02/05/2021.

GONDRA, José G.; SILEY, Paulo Rogério Marques. **Narrativas da história e representações do Estado: um estudo do caso Stephen Duggan (1870-1950)**. Revista Teias (UERJ). Rio de Janeiro, v.14, n.8, maio/agosto, 2012.

KONDER, Leandro. **O marxismo na batalha das ideias**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**. 2.ed, revista e ampliada. São Paulo: Boitempo, 2019a.

LAVAL, Christian. **O ataque estratégico do neoliberalismo à educação**. Blog Boitempo, 30/09/2019. [2019b]. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2019/09/30/o-ataque-estrategico-do-neoliberalismo-a-educacao/>. Acesso em: 23/11/2022.

MACEDO, Ana Paula Raizel; DEITOS, Roberto Antonio. A prática do privado na educação pública. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar (RECEI)**, v. 8, n. 27. [2022]. Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (FE/UERN). Mossoró: outubro, 2022. Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RECEI/article/view/3978/3339>. Acesso em: 25/07/2023.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **Textos sobre educação e ensino**. 5 ed. São Paulo: Centauro, 2006.

MARX, Karl. **Teses sobre Feuerbach**. (Edição eletrônica do Kindle/Amazon). Livro de domínio público, 1845.

MATEUS, Felipe. Em 2023, extensão universitária passará a integrar currículos da graduação. [2022] São Paulo, Campinas: Universidade de Campinas (UNICAMP), 02/02/2022. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2022/02/02/em-2023-extensao-universitaria-passara-integrar-curriculos-da-graduacao>. Acesso em: 10/07/2023.

MAURÍCIO, Lúcia Velloso. Escola pública de horário integral: representações do jornal O Globo. **Educação e Realidade**, v. 34 n. 3, 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/9527>. Acesso em: 03/06/2021.

MAURÍCIO, Lúcia Velloso. O que se diz sobre a escola pública de horário integral. In: **Cadernos Cenpec**. n. 10. 2006. Disponível em: <http://www.cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/viewFile/173/201>. Acesso em: 12/05/2021.

MIGNOT, Ana C. Venancio. Escolas na vitrine: Centros Integrados de Educação Pública (1983-1987). **Estudos avançados** 15 (42). Ago. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/cpZF7ynpkrs9HZNDtmYxPhb/?lang=pt>. Acesso em: 24/05/2023.

MOLL, Jaqueline. **Entrevista por vídeo à 69ª Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)**, 16 a 22/07/2017. (2017). Disponível em: <https://youtu.be/Vqh1qxs2aP0>. Acesso em: 26/05/2023.

MOREIRA, Cássio. O trabalhismo como alternativa de esquerda dentro do capitalismo: a evolução do nacional-desenvolvimentismo para o social-desenvolvimentismo – parte 1. Opinião. **Rede Sul 21**. 18/07/2014 [2014]. Disponível em: <https://sul21.com.br/opinio/2014/07/o-trabalhismo-como-alternativa-de-esquerda-dentro-do-capitalismo-a-evolucao-do-nacional-desenvolvimentismo-para-o-social-desenvolvimentismo-parte-1-por-cassio-moreira/>. Acesso em: 27/07/2026.

MOREIRA, Luiza Silva. **Dos barracões aos CIEPS: a elaboração da política educacional Brizolista (1983 a 1987)**. 651f. vols. I e II. Tese. (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 2020.

MOREIRA, Luiza Silva; SOARES, Antonio Jorge Gonçalves. Entre defesas e críticas aos centros integrados de educação pública. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 14, n. 30, maio/ago. 2019. [2019]. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.20500/rce.v14i30.21051>. Acesso em: 29/05/2023.

MOREIRA, Luiza Silva; JUNIOR, Edivaldo Góis; SOARES, Antonio Jorge. A educação do corpo no programa dos Centros Integrados de Educação Pública – CIEPs: um projeto educacional escrito pela modernidade. **Pro-Posições**. v. 30, 2019. Campinas, SP. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pp/a/VLVCkKxYzjgWDcxVpVF4hvN/?format=pdf&lang=pt&ilang=pt_BR. Acesso em: 09/10/2026.

NEVES, Paulo Sérgio Costa. Reconhecimento e desprezo social ou os dilemas da democracia no Brasil contemporâneo: algumas considerações à luz da questão racial. **Revista Política & Sociedade**, n. 11, out., 2007. [2007]. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1260/1203>. Acesso em: 19/07/2023.

PALMEIRA, Renata Guimarães. **Dos CIEPS à Lei do Turno Único: sentidos de educação integral em projetos de tempo integral na escola pública do Rio de Janeiro**. 2016. 157 f. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem) – Universidade Federal Fluminense (UFF), Instituto de Letras, Rio de Janeiro, Niterói, 2016.

PARENTE, Cláudia da Mota Darós. Análise comparada da jornada escolar em países da União Europeia. **Cad. Pesqui.**, v.50, n. 175, jan./mar. 2020. [2020]. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/rVwRHXM5QVzrXmDfHpT9kxc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14/07/2023.

RIBEIRO, Darcy. **Educação como prioridade**. São Paulo: Global, 2018.

RIBEIRO, Darcy. **Carta': fala, reflexões, memórias**. Brasília, DF: Gabinete do Senador Darcy Ribeiro/Gráfica do Senado Federal, n. 15, 1995.

RIBEIRO, Darcy. **O Livro dos CIEPS**. Rio de Janeiro: Bloch, 1986.

RIBEIRO, Darcy. **Nossa escola é uma calamidade**. Rio de Janeiro: Salamandra, 1984.

RIBETTO, Anelice; MAURÍCIO, Lúcia Velloso. Duas décadas de educação em tempo integral; dissertações, teses, artigos e capítulos de livros. In: Educação integral e tempo integral. Lúcia Velloso Maurício (org.). **Em Aberto**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). v. 22, n. 80. Brasília: 2009. Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/issue/view/512/156>. Acesso em: 02/06/2023.

RIO DE JANEIRO (RJ). **Lei [municipal] nº 5.225, de 5 de novembro 2010**. RJ. [2010]. Disponível em: <http://aplicnt.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.0ad008247b8f030032579ea0073d588/5b-c8a6fa147caf4a832577d500523d68?OpenDocument#:~:text=Art.,infantil%20e%20o%20ensino%20fundamental>. Acesso em: 30/05/2022).

RODRIGUES, Lorena. **Educação é a pasta mais atingida com cortes no orçamento**. Portal Terra, 23/04/2021. [2021]. Disponível em: <https://www.terra.com.br/economia/educacao-e-a-pasta-mais-atingida-com-cortes-no-orcamento,3934f8f5ccf244819313114d23e0b414k864he8k.html>. Acesso em: 14/07/2023.

SALDANHA, Paulo; FEITOZA, César. Governo Lula decide acabar com escolas cívico-militares, bandeira de Bolsonaro. Folha de São Paulo/UOL, 12/07/2023. [2023]. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2023/07/governo-lula-decide-acabar-com-escolas-civico-militares-bandeira-de-bolsonaro.shtml>. Acesso em: 12/07/2023.

SANT'ANNA, Rejane Honorio de. Projeto Alunos Residentes: uma alternativa para a inclusão social através da formação sócio educativa. Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, 2010. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp125446.pdf>. Acesso em 08/09/2023.

SARAIVA, João Batista. **Delinquência juvenil: olhares, perspectivas e desafios**. In: Delinquência juvenil, políticas públicas e direitos humanos. Elinaldo Fernandes Julião, Janaína de Fátima Abdalla, Soraya Sampaio Vergílio (orgs). Rio de Janeiro: Novo Degase, 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/marco/Downloads/Delinquencia%20Juvenil%20Políticas%20Publicas%20e%20Direitos%20Humanos.pdf>. Acesso em: 30/05/2023.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. (livro eletrônico). Campinas, SP: Autores Associados, 2019.

SODRÉ, Muniz. **Reinventando a educação, diversidade, descolonização e redes**. (Edição eletrônica do Kindle/Amazon). Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco. **Guia da curricularização das ações de extensão nos cursos de graduação da UFPE**. Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, Pró-Reitoria de Graduação. – Recife: Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFPE; Ed. UFPE, 2021. Disponível em: https://www.ufpe.br/documents/38978/1182937/Guia+da+Curriculariza%C3%A7%C3%A3o_final_15_out_21.pdf/7c22de0b-0583-407d-9b0e-e8e36dafceca. Acesso em: 10/07/2023.

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Conselho Universitário. Resolução Nº 12 de 30 de maio 2019. [2019]. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, n. 105, seção 1, p. 50. Brasília, DF, 03/06/2019. Disponível em: https://xn--extenso-2wa.ufrj.br/images/RESOLUCOES_E_PORTARIAS/CONSUNI_-_Resolu%C3%A7%C3%A3o_12-2019.pdf. Acesso em: 10/07/2023.

Recebido em 31 de julho de 2026
Aprovado em 05 de outubro de 2026
Publicado em 13 de outubro de 2026